

Reordenamento

Mercado externo depende de planejamento estratégico

Antonio Carlos de Mendes Thame*

MARCO FERRETTI



Queimada de canavial; Piracicaba, SP, 2001

O aquecimento do clima é fato incontestável. Veio a reboque das atividades humanas produtivas, sofrendo aceleração a partir do uso intenso dos combustíveis fósseis, no século XIX. Seus impactos sobre o equilíbrio climático deverão ser imensos, nos próximos 100 ou 200 anos, se a taxa de aumento da temperatura do globo terrestre continuar no ritmo atual, já que o efeito do acúmulo de CO₂ na atmosfera persiste por centenas de anos. Corremos o risco de romper o frágil equilíbrio climático da superfície da Terra. Por outro lado, mesmo reduzindo entre 50% e 70% as emissões de gases do efeito estufa responsáveis pelo aquecimento global, teremos que fazer

uma brutal adaptação, porque o CO₂ já acumulado na atmosfera fará a Terra aquecer até 2°C, em cenário favorável, nos próximos 100 anos.

Isso, como já se sabe, acarretará profundo reordenamento da economia global, além de implicar agravamento de fenômenos exclusivamente geofísicos, como a savanização e desertificação de áreas sensíveis às alterações climáticas, o deslocamento de populações e a destruição de diversos *habitats*, assim como das espécies vivas deles dependentes. A Embrapa já divulgou o resultado de estudos simulando os impactos do aquecimento sobre algumas culturas de expressão econômica para o Brasil, como o arroz, o feijão, a soja e o café. Considerando-se três cenários potenciais, em que as temperaturas mínimas variam entre acréscimos de 1°C, 3°C ou 5,8°C, até o final do século XXI, corremos o risco de uma perda de capacidade produtiva para soja, no pior cenário, de até 70%; a cultura do café, que exige temperaturas entre 18 e 22°C, estará condenada em Minas Gerais e em São Paulo, e, possivelmente, o que restar da sua lavoura, irá localizar-se em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

Como reduzir em mais de 50% as emissões de CO₂, para evitar os cenários mais dramáticos das mudanças climáticas prospectadas? A única maneira é com a participação de todos os governos, empresas e cidadãos, com a identificação e a adoção de estratégias ambientais globais para nosso planeta. Será isso possível? O tempo urge e é cada vez mais exiguo. É certo que o segundo período do Protocolo de Kyoto, para o pós-2012, irá exigir compromissos e metas muito mais rigorosas e de cumprimento compulsório para todos, se não quisermos caminhar para uma catástrofe. A intenção de se obter, em Bali, entre 3 e 14 de dezembro passado, o “mapa da estrada” para se chegar até 2012 foi uma proposta muito tímida. Estratégias de governança ambiental não são fáceis de obter, quando atores poderosos como Estados Unidos, China e Índia



Floresta preservada

não se sentem obrigados a liderar as alterações de rumo e as transformações de vida e de organização social e políticas que o enfrentamento do aquecimento global no século XXI demanda.

O Brasil também vem se comportando de modo demasiado ambíguo para a importância que tem e teve historicamente, nas últimas duas décadas, como nação comprometida com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Agora é o momento de nos preocuparmos com a sobrevivência e a continuidade do padrão civilizatório que conhecemos. Qual é o papel do Brasil? Até agora, tem sido nulo ou quase isso. Na verdade, muito pior do que isso, é visível um completo retrocesso. Por ocasião da aprovação da Convenção da ONU sobre Mudança do Clima, na Rio-92, e do Protocolo de Kyoto, em 1997, o Brasil teve extraordinário desempenho. Fomos vanguarda.

Agora, o que somos? Com relação ao pós-2012, de Kyoto, voltamos a uma posição pré-Estocolmo, defendendo o “direito de poluir”, ao lado de grandes emissores de CO₂, como China e Índia. Com esses aliados, o Brasil vocaliza que países em desenvolvimento não assumam metas de redução das emissões de CO₂, ainda que diferenciadas, em reconhecimento ao fato de serem os países industrializados os que mais contribuíram com emissões de gases de efeito estufa.

É imperioso que o Brasil adote medidas que venham acompanhadas de ampla publicidade, quanto aos resultados que delas logremos alcançar. Em relação às queimadas na Amazônia, fonte principal das emissões de CO₂ em nosso país, o Brasil pouco fez, embora possa alegar a existência de um sistema de monitoramento por satélite sobre o desmatamento na Amazônia. Contudo, monitorar sem

instrumentos eficazes e sem recursos para intervenção nas queimadas criminosas e no corte clandestino das madeiras nobres em matas nativas é assistir inerte à destruição em curso.

Na verdade, não há melhora na fiscalização e manutenção do sistema de gerenciamento por satélite, ou nas ações que realmente inibem ou reduzem significativamente as queimadas na Amazônia. A pequena redução das áreas destruídas em 2007 é decorrência da diminuição do ímpeto de desmatar, devido ao arrefecimento da expansão de lavouras e da pecuária, e não resultado da fiscalização ou da repressão aos delitos ambientais. Estima-se que, nos últimos 10 anos, o Brasil, apenas com o desmatamento na Amazônia, tenha lançado na atmosfera perto de 200 milhões de toneladas de CO₂ por ano.

Recentemente, verificou-se que o desflorestamento na Amazônia está acompanhado de semelhante perda de cobertura vegetal no bioma dos cerrados brasileiros. As emissões brasileiras de gases de efeito estufa, pela destruição de cobertura vegetal nativa, distribuem-se em 32% na Amazônia e em 15% nos cerrados, conforme foi reconhecido pelo secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, em audiência pública realizada no Congresso Nacional, frente à Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas. Ações imediatas e enérgicas para conter o desmatamento na Amazônia, impedir que prossiga a substituição de floresta virgem por pastos e também refrear a destruição dos cerrados são as prioridades que devemos perseguir até o final desta década.

Que relação têm tais medidas com os biocombustíveis brasileiros? A ausência delas põe em risco a aceitação desse produto em mercados internacionais, que adotarão critérios rígidos de sustentabilidade ambiental e exigirão atestados de certificação ambiental para a produção dos combustíveis originados do Brasil. Finalmente, deve ser superada a barreira

da falta de planejamento governamental em nosso país, para aproveitar o excepcional rosário de oportunidades decorrentes dessa revolução tecnológica, a revolução ambiental energética. Planejamento que permita transformar o Brasil em plataforma de exportação de biocombustíveis.

Praticamente não há programas de investimentos em P&D científico-tecnológico, com recursos suficientes e estáveis para desenvolver tecnologia para produzir álcool a partir da lignocelulose, do bagaço de cana ou de resíduos de madeira, sobras vegetais e resíduos orgânicos. Arrisca-se, no médio prazo, ver a competitividade do etanol produzido da cana-de-açúcar desaparecer diante de tecnologias ainda não amadurecidas, mas que já são objetos de pesquisa aplicada no mundo desenvolvido. Não há investimentos em infra-estrutura e na logística da distribuição de combustíveis: gasodutos, alcoodutos, estoques reguladores, portos e terminais portuários para escoamento do etanol para mercados no exterior.

Nos últimos anos, o Itamaraty não tem firmado acordos bilaterais com países industrializados, ou outros que possam converter-se em mercados para as *commodities* energéticas renováveis que o Brasil produz competitivamente. Também não houve esforço notável para incluir os biocombustíveis na classificação de “bens ambientais”, prevista nas negociações da Rodada de Doha, no âmbito da OMC, segundo a qual bens ambientais terão abolidas barreiras tarifárias, no comércio entre as nações. Um organismo coordenador para decidir as políticas e as estratégias para biocombustíveis é de fundamental importância, mas não se vê qualquer iniciativa nesse sentido.

São oito os ministérios com responsabilidades sobre o tema. Uma plêiade de autoridades que, evidentemente, proporciona contrastes, delongas, muito calor e pouco resultado. O governo brasileiro criou uma Secretaria Especial de

Assuntos do Longo Prazo, mas não é capaz de designar um ministro extraordinário para os Biocombustíveis e o Planejamento Energético. Por tudo isso, o Brasil pode perder a excepcional oportunidade de liderar uma transformação mundial, rumo a uma matriz global energética mais limpa e mais segura. Hoje, o clima ainda é de grande expectativa; porém, sem planejamento governamental estratégico e sem abertura efetiva de mercados externos, por meio de uma diplomacia comercial inteligente, o aumento da produção de biocombustíveis fará o etanol ser desovado no mercado interno, excedendo à demanda doméstica, deprimindo preços e destruindo oportunidades que não se repetem. 

* **Antonio Carlos Mendes Thame** é engenheiro agrônomo, deputado federal pelo PSDB SP e presidente da Frente Parlamentar Pró-biocombustíveis da Câmara dos Deputados (dep.mendesthame@terra.com.br).